



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

169

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 288499-7

COMARCA DE ORIGEM: 28ª Vara Cível

APELANTE: José Edson Amaral Alves

APELADO: Banco BMG S/A

RELATOR : Des. Agenor Ferreira de Lima Filho.

EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO - TAXAS DE JUROS REMUNERATÓRIOS, JUROS MORATÓRIOS E MULTA - NÃO ABUSIVIDADE - DESCONTO DE PARCELA MÍNIMA EM CONTRACHEQUE - POSSIBILIDADE - APELAÇÃO IMPROVIDA.

- A estipulação da taxa de juros superior a 12% não gera abusividade. Faz-se necessária a comprovação da exorbitância das taxas cobradas em relação à taxa média do mercado específica para a operação efetuada.
- Nos contratos bancários não regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês.
- A multa fixada no patamar de 2% está em conformidade com a legislação aplicável, qual seja, artigo 52, §1º do CDC.
- Os descontos em folha de pagamento não podem ser suprimidos por vontade unilateral do devedor, uma vez que é circunstância facilitadora para obtenção de crédito em condições de juros e prazos mais vantajosos.
- Apelo que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados, discutidos e votos os presentes autos do recurso em epígrafe, Acórdam os Desembargadores integrante da Quinta Câmara Cível do Tribunal

me



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

170

de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas acaso existentes, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 288499-7

COMARCA DE ORIGEM: 28ª Vara Cível

APELANTE: José Edson Amaral Alves

APELADO: Banco BMG S/A

RELATOR : Des. Agenor Ferreira de Lima Filho.

RELATÓRIO

RECURSO:

Trata-se de recurso de apelação cível interposto por José Edson Amaral Alves contra a sentença do MM Juiz de Direito da 28ª Vara Cível da Capital que julgou improcedente a Ação de Revisão de Cláusula Contratual c/c perdas e danos nº. 0137335-98.2009.8.17.0001, movida em face do Banco BMG S/A, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e da verba honorária advocatícia, ficando suspensa a obrigação em razão de ser beneficiário da justiça gratuita (art. 12 da Lei 1060/50).

SENTENÇA:

"(...)

Por estes motivos, julgo improcedente o pedido principal, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno o autor nas custas processuais e nos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa. Este crédito, no entanto, terá sua exigibilidade suspensa nos termos do art. 12 da Lei 1.060/1950.

Publique-se. Intime-se. Registre-se."

mc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

Em suas razões recursais, o Apelante pugna pela nulidade da sentença, alegando, em síntese, a ilegalidade dos encargos previstos no contrato, assim como do desconto do saldo do cartão de crédito em seu contracheque.

CONTRARRAZÕES:

Em suas razões, a parte Apelada pugna pelo improvimento do presente recurso.

Em virtude de se tratar de procedimento sumário, de acordo com o art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o Relatório,

Recife, 10 de setembro de 2013.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

171

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 288499-7

COMARCA DE ORIGEM: 28ª Vara Cível

APELANTE: José Edson Amaral Alves

APELADO: Banco BMG S/A

RELATOR : Des. Agenor Ferreira de Lima Filho.

VOTO DE MÉRITO

Cinge-se o debate à análise da abusividade de cláusulas contratuais dispostas em contrato de cartão de crédito no tocante à incidência de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, multa no valor de 2% e juros moratórios com taxa de 1% ao mês, bem como à possibilidade de desconto das faturas do cartão de crédito no contracheque do devedor.

DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

Inicialmente, sabe-se que as empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por tal razão, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura, conforme entendimento disposto na Súmula 283 do C. Superior Tribunal de Justiça.

Súmula 283 STJ: As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.

Também é a orientação do Supremo Tribunal Federal, conforme o Enunciado da Súmula 596: "As disposições do Dec. 22.626/33 não se aplicam

me

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

172

às taxas de juros e aos encargos cobrados nas apurações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o Sistema Financeiro Nacional".

Em relação à fixação de taxas superiores a 12% ao ano, O STJ também já se manifestou sobre o assunto:

Enunciado nº 382: A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.

A jurisprudência vem entendendo que a simples estipulação dos juros em patamar superior a 12% (doze por cento) ao ano não indica abusividade. Para tanto, é necessário estar efetivamente comprovada nos autos a exorbitância das taxas cobradas em relação à taxa média do mercado específica para a operação efetuada.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO AFASTADA. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. SÚMULAS 182 DO STJ E 284 DO STF.

1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em contrato bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado.

2. Aplicam-se as Súmulas 182 do STJ e 284 do STF na hipótese em que a argumentação veiculada no recurso não guarda correlação com o fundamento utilizado na decisão recorrida. 3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1044315/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 11/05/2009).

me



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

173

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. CLÁUSULA-MANDATO. LEGALIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO.

I - É legal a cláusula-mandato que permite à administradora de cartões de crédito buscar recursos no mercado para financiar o usuário inadimplente.

II - As empresas administradoras de cartão de crédito se enquadram como instituições integrantes do sistema financeiro nacional, não se aplicando a limitação dos juros prevista no Decreto nº 22.626/33.

III - Os juros pactuados em taxa superior a 12% ao ano não são considerados abusivos, exceto quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado, após vencida a obrigação, hipótese não ocorrida nos autos. Agravo improvido. (AgRg no Ag 748.561/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe 26/11/2008)

Ainda, importante salientar que a limitação dos juros contratados, no patamar de 12% previsto no § 3º do art. 192 da CF, com redação vigente antes da EC 40/2003, jamais foi aplicada no ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista que o dispositivo constitucional em questão dependia de regulamentação legal, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal.

A Súmula Vinculante nº 7 do STF dispõe:

"A norma do § 3º do art. 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar".

mc

5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

174

Assim, não havendo lei complementar na espécie, configurou-se legal a contratação do percentual de juros praticados pela instituição financeira, independentemente do patamar estipulado.

Caso houvesse abuso por parte da instituição bancária, caberia ao tomador comprovar a condição de estar em manifesta desvantagem na relação, e, por conseguinte, provar a vantagem exagerada do credor, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Assim, ausente a demonstração da abusividade, deve prevalecer a taxa de juros convencionada.

DOS JUROS MORATÓRIOS

E mais, também não existe abusividade na fixação dos juros moratórios em taxa de 1% ao mês, sendo, inclusive, o entendimento do STJ através da Súmula 379.

Súmula 379: Nos contratos bancários não regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês".

DA MULTA

Ainda, não vejo abusividade na previsão da multa no patamar de 2%, já que está em conformidade com a legislação aplicável, qual seja, artigo 52, §1º do CDC.

DOS DESCONTOS EM FOLHA

Em relação aos descontos em folha, O STJ tem firmado entendimento no sentido de que "a cláusula contratual que autoriza desconto em folha de pagamento de prestação de empréstimo contratado não pode ser suprimida

me

6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

475

por vontade unilateral do devedor, uma vez que é circunstância facilitadora para obtenção de crédito em condições de juros e prazos mais vantajosos para o mutuário" (EResp 569.972/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2009, DJe 22/10/2009).

Na hipótese, restou incontroverso que o Apelante tinha conhecimento do sistema adotado pela administradora do cartão de crédito - desconto de parcela mínima do saldo da fatura em seu contracheque - e que usufruiu de suas vantagens, tendo em vista que poderia deixar de pagar o restante do valor do cartão nos meses de dificuldade, situação que parece ter ocorrido em razão do elevado débito. Dessa forma, não parece justo que o venha agora e se recuse a realizar o pagamento na forma pactuada.

Face ao exposto, voto no sentido de negar seguimento ao recurso, mantendo incólume a sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2013


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator